

# Temor pelo desfecho da crise

por Celso Pinto de Campinas

O temor de uma ruptura democrática como desfecho da crise econômica foi um tema recorrente no encerramento de uma semana de debates sobre "As Perspectivas da Economia Brasileira", na Universidade de Campinas (Unicamp). Ninguém previu um golpe militar como inevitável, mas vários o consideraram uma hipótese possível.

Pela manhã, falaram João Manuel Cardoso de Mello, Wilson Cano e Mário Possas, num debate presidido pelo secretário de Planejamento do Estado de São Paulo, Frederico Mazzuchelli. À tarde falaram o deputado José Serra e o reitor da Unicamp, Paulo Renato Costa Souza, que fechou o encontro, parte do ciclo de discussão sobre o "Brasil do Século XXI".

Talvez porque todos os que falaram tenham uma formação parecida, acabou havendo grande concordância nos pontos centrais do diagnóstico da crise e em relação aos desafios para superá-la. Todos consideraram a crise de gigantescas proporções, centrada no colapso da capacidade de financiamento do setor público, agravada pelos estrangulamentos políticos de um governo sem legitimidade e credibilidade, conduzida de forma tosca pelas elites e colocada ante um potencial explosivo pela inflação.

Mello, por exemplo, argumentou que, ao contrário das crises anteriores, desta vez "os conservadores não têm um projeto dinâmico a propor". Historicamente, as elites conseguiram manter um sistema de "condomínio de interesses dominantes", acomodando as pressões através do crescimento rápido e da existência de fronteiras agrícolas. Desta vez, a crise é mais séria, o raio de manobra muito menor e a tentativa de simplesmente manter o "status quo", como querem os conservadores, significaria mais "dez ou quinze anos de estagnação".

Como Mello acha que essa hipótese é inteiramente inaceitável, supõe que essa situação será rompida. Ele espera que através de uma "solução construtiva", com reformas profundas que o Plano Cruzado teria tentado começar a fazer e que teria esbarrado na resistência política das elites. Se não for por esta via,

# Temor pelo desfecho...

por Celso Pinto de Campinas

(Continuação da 1ª página)

teme Mello, "os militares acabarão sendo a última força nacional capaz de impedir a desagregação do País".

Se isto acontecer, sugere, a culpa será "das elites e das forças conservadoras".

Serra traçou um quadro preocupante e grave da economia, mas fez questão de classificar-se como otimista em relação à possibilidade de superar os problemas sem custos irreparáveis. O capitalismo brasileiro, disse ele, tem um dinamismo e uma dimensão tal que certamente levará a alguma saída. "Meu medo não é este e sim a (preservação da) democracia", admitiu.

O diagnóstico de Serra tangenciou muitas outras colocações e ficou próximo da descrição que Possas fez, pela manhã, à guisa de síntese da semana de debates. Não é difícil chegar a um consenso sobre o que fazer, disse Serra, repetindo um argumento de Mazzuchelli. No caso da inflação, por exemplo, há consenso de que só a combinação de uma política fiscal e monetária pode dar certo. Aplicar só uma delas (como seria o caso de um redutor de preços e salários não acompanhado por mudanças fiscais e monetárias) não dá certo e pode até agravar a inflação, por trazer mais distorções, mais frustração e mais especulação.

Existe, contudo, um no político essencial. O atual governo, segundo Serra, não tem nem legitimidade, nem autoridade, nem eficácia para conduzir o que quer que seja. Só a eleição presidencial poderá, eventualmente, resolver a questão da governabilidade. As reformas para superar os entraves colocados pela incapacidade financeira do Estado exigem reformas de impacto ainda maior do que as tomadas em meados dos anos 60, depois do Golpe de 64.

Soluções simplistas como imaginar que todo o mal (ou todo o bem) emane do Estado, ou que a privatização e o corte de custeio sejam o bastante para recompor as finanças públicas são inúteis e equivocadas. Da mesma forma, tratar a questão do capital es-

trangeiro como um viés ultraliberal ou hiper-restritivo de pouco adianta.

Na prática, argumentou Serra, estes equívocos no debate acabam entranhando nos partidos políticos e contaminando a qualidade das discussões e soluções no Congresso. Acabam prevalecendo na política o populismo, o corporativismo, o patrimonialismo e uma visão autárquica do País.

Além destes desafios mais imediatos, o deputado listou cinco outros a serem superados até o final do século: acomodar a questão regional; fixar um sistema efetivamente federativo; lidar com a questão social não só pelo lado dos recursos mas também em relação à eficiência; tornar viável o já pouco viável sistema previdenciário; e definir uma efetiva política de desenvolvimento. Sem isso, o Brasil se candidata a tornar-se sócio militante do "clube dos países retardados" da América Latina.

Várias destas questões permearam toda a semana de debates e foram incluídas na síntese feita por Possas. Ele acha que, de todos os debates, se concluiu que algumas das metas necessárias para a economia são a retomada do crescimento, a redistribuição de renda (que não é incompatível com o crescimento), a competitividade da indústria (que não se confunde com a abertura indiscriminada ao exterior) e a eficiência (também na área social).

Teria ficado fixada, nos debates, a ideia de que o Brasil está hoje inserido marginalmente na economia mundial, dominada por blocos de países (onde deverá concentrar-se o grosso do comércio internacional). Pior: a tendência é de o Brasil afastar-se cada vez mais do centro dinâmico, tanto do ponto de vista produtivo quanto de fluxo de capitais.

As pré-condições para superar a crise passariam pela solução da dívida externa, impossível de ser paga, pela equação da pobreza, pela reconstrução do sistema financeiro e reequacionamento do setor público, inclusive do ponto de vista da sua modernização.

Mazzuchelli acrescentou a este quadro uma observação: a presença das alianças conservadoras no aparato do Estado acaba

criando obstáculos ainda maiores para a retomada de sua capacidade de financiamento. Esta "inércia" presente no interior do aparato estatal seria um bloqueio a mais a superar.

Wilson Cano fez apenas algumas considerações pontuais. Mas acabou enfatizando, com uma dose aberta de irritação, o que considerou o caráter "velhaco, canalha das elites". A origem mercantil das elites que acabaram se espalhando por todas as áreas (industrial, agrícola, etc.) seria responsável por um oportunismo de comportamento. "São elites com os bolsos cheios e as cabeças vazias de ideias", definiu Cano.

Saída existe: seria retomar o espírito de mudanças e reformas que estava presente na mobilização pelas "diretas-já". "Temos que tentar outra vez, ou os militares o farão", previu Cano.

Finalmente, coube ao reitor, Paulo Renato Costa Souza, dizer ter encontrado como denominadores comuns de todas as discussões, "o pessimismo, a indignação e o realismo". Ele previu três cenários

possíveis para o futuro: 1) manutenção da situação atual, o que "talvez seja o mais desejável" — levaria o País até a posse de um novo presidente sem mais traumas; 2) a hiperinflação ou uma articulação de pacto social surgida da sociedade e eventualmente referendada pelo Estado, como tentativa extrema para evitá-la; 3) a exemplo de Mello, Cano e Serra, ele disse temer uma solução "não-democrática".

Não houve, como se vê, nenhum diagnóstico ou proposta propriamente inovadora. A repetição das ideias sobre a crise e as alternativas para contorná-la, no entanto, não é inútil, como lembrou Serra. "Não se trata de dar receitas, mas de contribuir para o amadurecimento do debate e das ideias", argumentou.

Na verdade, do ponto de vista dos economistas não ortodoxos com origem na Unicamp, trata-se, em certo sentido, da retomada mais intensa do debate público de ideias, que a passagem de vários deles pelo governo da Nova República havia tornado mais discreto.

GAZETA MERCANTIL

\* 8 A